

Breve histórico da tradução e de seu ensino no Brasil

Luciana Neves Mendes¹

Presente desde antes do descobrimento, a tradução progride a passos firmes e, hoje, já existem 28 instituições de ensino superior com cursos exclusivos na área

Não é difícil imaginar que, mesmo antes de os portugueses chegarem ao Brasil, a tradução em sua modalidade oral fosse praticada por aqui: a existência de diversos grupos lingüísticos dentre as várias tribos e nações indígenas indica a necessidade dos intérpretes como mediadores na comunicação. Com a chegada de Pedro Álvares Cabral, a interpretação passou a exercer um papel importante entre conquistadores e conquistados. Na própria “Carta de Pero Vaz de Caminha” encontramos a menção ao primeiro intérprete para idiomas indígenas em terras brasileiras: Afonso Ribeiro. A partir de então o língua ou linguará (como era chamado tal tradutor) foi de extrema importância para os portugueses e isso o dotava de grande visibilidade na sociedade que estava surgindo. Em 1808, com a abertura dos portos, institui-se a obrigatoriedade de um intérprete para as visitas dos navios estrangeiros e, posteriormente, para atuação junto a diversos órgãos governamentais.

A tradução em sua modalidade escrita teve início e desenvolvimento bem diferentes. Como colônia de exploração que éramos, não havia interesse por parte de Portugal em promover a difusão do conhecimento, da cultura e da educação no Brasil. Com isso, tínhamos um enorme número de analfabetos e, em contraste, um número muito reduzido de pessoas com acesso à educação. Devido a esses fatores e à proibição da impressão de livros na colônia até 1808, a tradução escrita não teve muito espaço. Em razão da forte influência da cultura francesa, o público leitor, muitas vezes educado na Europa, preferia os textos na língua original, pois consideravam as traduções como “próteses”, como substitutos inferiores e desnecessários. No entanto, é importante lembrar que a tradução existiu, sim, na colônia, principalmente a tradução religiosa, feita pelos missionários com o intuito da catequese, mas também a tradução literária, com destaque ao pioneirismo de Gregório de Matos dentre os poetas que se aventuraram pela arte tradutória já no século XVII.

Com a vinda da família real para o Brasil, o encerramento da proibição de impressão e a institucionalização do português como língua oficial, surgem, então, várias casas editoriais e a demanda por tradutores e traduções. No fim desse século, principalmente após 1880, houve um movimento visando à tradução de várias obras de referência para informar e ensinar os agricultores sobre diversos assuntos e técnicas. Infelizmente a idéia não foi bem sucedida, mas teve um impacto significativo no século XX.

A criação da Abrates por Paulo Rónai objetivava estabelecer a importância da tradução no meio acadêmico e algumas “regras” em relação à profissão.

A situação da tradução a partir da Era Vargas muda bastante. O presidente Getúlio Vargas contribuiu para a divulgação do ofício no país, com a criação do Instituto Nacional do Livro, no entanto censurou qualquer material que fosse contrário a sua ideologia. A partir daí vemos as traduções serem manipuladas de acordo com a ideologia vigente em cada governo. Outros aspectos importantes da Era Vargas foram a mudança na língua de referência, do francês para o inglês, e na qualidade das traduções, pois os responsáveis eram escritores consagrados, que muitas vezes deixavam sua marca nas obras traduzidas, como foi o caso de Monteiro Lobato, Érico Veríssimo e Henrique Bertaso.

O período seguinte foi marcado pela afluência da tradução técnica de enciclopédias, manuais, catálogos e livros de referência. No governo de Juscelino Kubitschek vemos a necessidade crescente por tradutores, pois seus planos para a modernização e industrialização do país exigiam um grande número de traduções dos citados livros de referência. Duas conseqüências dessa expansão do

¹ Acadêmico da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora.

mercado foram a abertura de bacharelados de tradução no país, assunto de que falaremos abaixo, e a criação da Abrates (Associação Brasileira dos Tradutores, ativa e atuante até o presente), por Paulo Rónai.



Gráfico 1. Tipos de cursos de Tradução

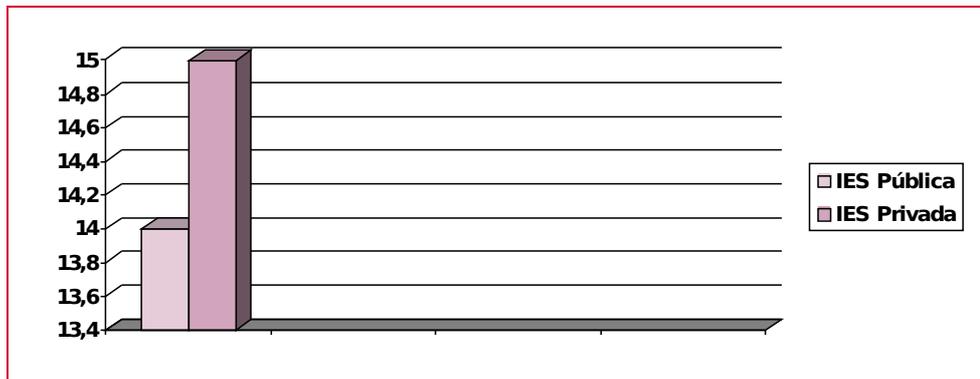


Gráfico 2: Tipos de Instituições de Ensino que oferecem cursos na área de Tradução

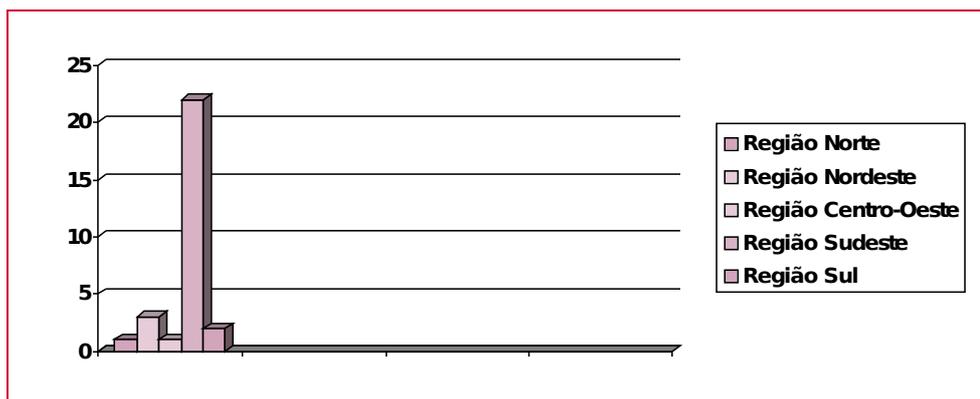


Gráfico 3: Concentração dos cursos de tradução por regiões

Rónai teve uma importância enorme para a área. Além de ter escrito o primeiro livro brasileiro sobre tradução (Escola de Tradutores, compilação de artigos sobre o tema cuja primeira edição data de 1952), na sua constante busca pelo aperfeiçoamento dos profissionais, em 1974 criou a Abrates filiada à FIT (Federação Internacional de Tradutores), e tinha como objetivo estabelecer a importância da tradução no meio acadêmico e algumas “regras” em relação à profissão.

Com relação ao ensino da tradução, vimos na década de 60 o surgimento dos primeiros cursos de bacharelado ofertados no Rio de Janeiro e em São Paulo. Desde então, e principalmente com a

consolidação da disciplina Estudos da Tradução nos anos 80, um grande número de cursos foi criado para atender a oferta e a procura pela tradução. Das vinte e oito instituições de ensino superior pesquisadas que oferecem tais cursos, a grande maioria continua a ofertar os cursos de bacharelado, algumas ofertam especializações lato sensu e pós-graduações stricto sensu, como veremos nos gráficos. O par de línguas mais ofertado é o português – inglês, apenas duas instituições oferecem somente outros pares de língua – português – espanhol e português – francês, caso da Universidade Gama Filho e Universidade Federal Fluminense, respectivamente. Veremos nos gráficos, também, que há um equilíbrio na oferta de cursos entre instituições públicas e privadas. Mas no que diz respeito à localização, a Região Sudeste, principalmente o estado de São Paulo, ainda é a região que concentra o maior número de cursos de tradução, confirmando o seu pioneirismo na implementação de cursos dessa área do conhecimento.

Região	Estado	Cidade	Instituição de Ensino Superior	
Sul	Santa Catarina	Florianópolis	UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina	
	Rio Grande do Sul	Porto Alegre	UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul	
Sudeste	Minas Gerais	Belo Horizonte	UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais	
		Juiz de Fora	CES – Centro de Ensino Superior	
			UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora	
		Mariana	UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto	
	Rio de Janeiro	Niterói	UFF – Universidade Federal Fluminense	
		Rio de Janeiro	PUC – Pontifícia Universidade Católica	
			UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro	
			UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro	
			UGF – Universidade Gama Filho	
	São Paulo	Santo André	Santo André	UNISA – Universidade de Santo André
			Bauru	UNESP – Universidade Estadual de São Paulo
				USC – Universidade Sagrado Coração
			Franca	UNIFRAN – Universidade de Franca
			Mogi das Cruzes	UMC – Universidade de Mogi das Cruzes
			São José do Rio Preto	UNORP – Universidade do Norte Paulista
		São Paulo	PUC – Pontifícia Universidade Católica	
			UNIBERO – Universidade Ibero Americana	
	UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas			
		UNICAPITAL		
		Universidade Mackenzie		
		Universidade Metodista de São Paulo		
		USJT – Universidade São Judas Tadeu		
		USP – Universidade de São Paulo		
Centro oeste	Distrito Federal	Brasília	UNB – Universidade Nacional do Brasil	
Nordeste	Bahia	Salvador	UFBA – Universidade Federal de Bahia	
	Ceará	Fortaleza	UFC – Universidade Federal do Ceará	
	Pernambuco	Recife	UFPE – Universidade Federal do Pernambuco	
Norte	Amapá	Macapá	IESAP – Instituto de Ensino Superior do Amapá	

Na Universidade Federal de Juiz de Fora, os Estudos da Tradução tiveram início em 1985, com um curso de especialização idealizado e o coordenado pela Profa. Lúcia Campos Lima, e teve a duração de 18 meses com aulas aos sábados. As disciplinas mais específicas do curso – Teoria da Tradução, Tradução e Versão – foram ministradas pela Profa. Dra. Maria Clara Castellões de Oliveira. Em 1987 foi aberta a primeira turma do Bacharelado em Letras: Ênfase em Tradução da UFJF. Até o

momento, 28 alunos concluíram o referido bacharelado, cursando as disciplinas Teoria da Tradução I e II, Tradução I e II e Versão I e II, realizando o Estágio Supervisionado em Tradução e defendendo uma monografia de conclusão de curso. Em 2006, encontram-se abertas a sétima e a oitava turma do Bacharelado em Tradução da UFJF, que contam, respectivamente, com 11 e 18 alunos. As aulas são ministradas pela Profa. Dra. Maria Clara Castellões de Oliveira e pelo Prof. Ms. Adauto Villela.

De acordo com o Ministério do Trabalho, a profissão do tradutor está registrada sob o número 2614 na Classificação Brasileira de Ocupações, cuja atividade pode ser exercida por todo aquele que possuir o ensino médio ou o diploma de técnico para Tradutores e Intérpretes. Ainda de acordo com esse órgão oficial o tradutor deve ser dotado de algumas características, entre elas, a excelência da crítica, a erudição, o conhecimento das ciências humanas, e o respeito pela integridade do texto.

Para traduzir com qualidade, uma boa formação especializada só tem a contribuir, pois os cursos de tradução despertam nos futuros tradutores a consciência de que sua tarefa não é apenas passar informação de uma língua para outra e que conhecimentos lingüísticos e bons dicionários, sozinhos, não são suficientes para produzir boas traduções.

REFERÊNCIAS

ALVES, F., MAGALHÃES, C., PAGANO, A. *Traduzir com autonomia*. São Paulo: Contexto, 2003.

WYLER, Lia. *Línguas, poetas e bcharéis: uma crônica da tradução no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

MINISTÉRIO do Trabalho. Disponível em:

<http://www.mtecbo.gov.br/busca/descricao.asp?codigo=2614-20>. Acesso em: 2 abril 2006.

TRANSLOG. Disponível em: http://www.sedycias.com/translog/translog_06.htm. Acesso em: 2 de abril 2006.

